**ANEXO II**

**DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E PLANO DE TRABALHO**

A **PROPOSTA** deve seguir o modelo disponibilizado no **“Anexo III – Modelo de Proposta”** eatender, obrigatoriamente, a uma das **Áreas de Interesse / Projeto Apoiado** contida neste **Anexo II - Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho.**

Sumário

[**Área de Interesse 1: Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos** 3](#_Toc501564550)

[Projeto Apoiado 1.1: Fortalecimento de redes e fóruns da Sociedade Civil atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes. 3](#_Toc501564551)

[Projeto Apoiado 1.2: Fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes. 3](#_Toc501564552)

[Projeto Apoiado 1.3: Fortalecimento de redes e fóruns da Sociedade Civil atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais. 4](#_Toc501564553)

[**Área de Interesse 2: Enfrentamento das Violências contra Crianças e Adolescentes** 6](#_Toc501564554)

[Projeto apoiado 2.1: Articulação de redes da sociedade civil e governos para enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nas regiões de fronteiras das regiões Sul e/ou Centro-oeste, com foco na integração das ações no território. 6](#_Toc501564555)

[Projeto apoiado 2.2: Apoio ao acolhimento de criança ou adolescente protegido de ameaça de morte por meio do cadastramento, preparação e acompanhamento das famílias solidárias voluntárias, subsidiadas pelo Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM para custeio do acolhimento. 6](#_Toc501564556)

[**Área de interesse 3: Convivência Familiar e Comunitária** 8](#_Toc501564557)

[Projeto apoiado 3.1: Elaboração de diretrizes e estratégias metodológicas para o fortalecimento da autonomia de adolescentes em serviços de acolhimento, com foco na preparação para o desligamento do serviço e atenção no período pós desligamento. 8](#_Toc501564558)

[Projeto apoiado 3.2: Capacitação presencial e na modalidade EaD de operadores do sistema de garantia de direitos de todos os estados da federação sobre as Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua aprovadas pelo CONANDA e CNAS. 9](#_Toc501564559)

[**Área de interesse 4: Participação de Crianças e Adolescentes.** 11](#_Toc501564560)

[Projeto apoiado 4.1: Formulação de estratégias para o uso das TICs (tecnologias de informação em comunicação) por crianças e adolescentes, a partir de metodologia que considere o olhar do público atingido ao longo de toda a execução do projeto. 11](#_Toc501564561)

[**Área de interesse 5: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE** 12](#_Toc501564562)

[Projeto apoiado 5.1: Perfil nacional da resposta socioeducativa a adolescentes em privação de liberdade no SINASE. 12](#_Toc501564563)

[Projeto apoiado 5.2: Dimensões e significados do envolvimento com atos infracionais – Fatores para prevenção ao envolvimento 13](#_Toc501564564)

[Projeto apoiado 5.3: Estratégias para solução consensual de conflitos no âmbito das unidades de privação de liberdade 14](#_Toc501564565)

[**Área de interesse 6: Direitos da criança e do adolescente, liberdade de expressão e meios de comunicação.** 15](#_Toc501564566)

[Projeto apoiado 6.1: Curso de capacitação destinado aos profissionais do Sistema de Justiça, especialmente aos dos Tribunais de Justiça, dos Ministérios Públicos e das Defensorias Públicas, sobre mecanismos de proteção dos direitos da criança e do adolescente no âmbito dos meios de comunicação, nos temas de classificação indicativa, programas especializados em narrativas sobre violências e criminalidades (“programas policialescos”), publicidade infantil e trabalho infantil artístico. 15](#_Toc501564567)

# **Área de Interesse 1: Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos**

## **Projeto Apoiado 1.1: Fortalecimento de redes e fóruns da Sociedade Civil atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes.**

1. **Resultados Esperados:**
   1. Fortalecimento da rede de conselhos dos direitos de crianças e adolescentes, com efetiva participação de crianças e adolescentes;
   2. Articulação de organizações da sociedade civil que atuam na temática, Conselhos de Direitos e políticas setoriais de atendimento a crianças e adolescentes;
   3. Mapeamento das redes locais para fortalecimento da política;
   4. Articulação da rede para qualificação dos fluxos de atendimento das políticas e serviços disponíveis na rede do Sistema de Garantia de Direitos no território;
   5. Construção de Plano de Ação para o Fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.
2. **Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência:
   1. Mínima de 3 (três) anos com execução de projetos envolvendo a formação de redes locais, sistematização de fluxos de integração de políticas e serviços no território;
   2. Em com metodologias de participação de crianças e adolescentes na formulação de políticas.
3. **Número de projeto apoiado:** Até 1 projeto.
4. **Abrangência do projeto:** Nacional\*.
5. **Prazo de referência:** 18 a 24 meses
6. **Valor:** de R$ 720.000a R$ 800.000,00
7. **Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.
8. **Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição, no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto, desde que essencial à consecução do objeto.

## **Projeto Apoiado 1.2: Fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes.**

**1. Resultados Esperados:**

1.1 Construção de Plano de Ação para o Fortalecimento dos Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1.2 Expansão do uso do Sistema de Informação da Infância e Adolescência – SIPIA Web.

1.3 Construção de Manual com a finalidade de estabelecer instruções, diretrizes e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.

**2. Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência mínima de 03 anos:

2.1. Na execução de projetos envolvendo a formação de redes locais, sistematização de fluxos de integração de políticas e serviços no território;

**3. Número de Iniciativa apoiada:** Até 1 projeto.

**4. Âmbito da iniciativa**: Nacional

**5. Prazo de referência:** 18 a 24 meses

**6. Valor:** de R$ 720.000 a R$ 800.000,00

**7. Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.

**8.** **Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição, no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto, desde que essencial à consecução do objeto.

**Projeto Apoiado 1.3: Fortalecimento de redes e fóruns da Sociedade Civil atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais.**

**1. Resultados Esperados:**

1.1. Fortalecimento da rede do Sistema de Garantia dos Direitos, com efetiva participação de crianças e adolescentes;

1.2. Articulação de organizações da sociedade civil que atuam na temática, Conselhos de Direitos e políticas setoriais de atendimento a crianças e adolescentes;

1.3. Articulação da rede para qualificação dos fluxos de atendimento das políticas e serviços disponíveis na rede do Sistema de Garantia de Direitos no território;

1.4. Qualificação dos fluxos de atendimento das políticas e serviços da rede do Sistema de Garantia de Direitos no território.

1.5. Formulação de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais nos espaços democráticos de Conselhos dos Direitos e políticas públicas setoriais.

**2. Características da Proponente: Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência:**

2.1. Mínima de 3 (três) anos com execução de projetos envolvendo a formação de redes locais, sistematização de fluxos de integração de políticas e serviços no território;

2.2. Em com metodologias de participação de crianças e adolescentes na formulação de políticas.

**3. Número de projeto apoiado**: Até 1 projeto.

4**. Abrangência do projeto**: Nacional\*.

**5. Prazo de referência**: 18 a 24 meses

**6. Valor**: R$ 500.000,00

**7. Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.

**8. Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição, no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto, desde que essencial à consecução do objeto.

# **Área de Interesse 2: Enfrentamento das Violências contra Crianças e Adolescentes**

## **Projeto apoiado 2.1: Articulação de redes da sociedade civil e governos para enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nas regiões de fronteiras das regiões Sul e/ou Centro-oeste, com foco na integração das ações no território.**

1. **Resultados esperados:**
   1. Diagnóstico das iniciativas de articulação das redes locais para proteção de crianças e adolescentes em regiões de fronteira vítimas de violência sexual;
   2. Articulação de organizações da sociedade civil que atuam na temática, conselhos de direitos e políticas setoriais de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência.
   3. Qualificação dos fluxos de atendimento das políticas e serviços da rede do sistema de Garantia de Direitos no território.
2. **Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência mínima de 03 anos:
   1. Na execução de projetos envolvendo a formação de redes locais, sistematização de fluxos de integração de políticas e serviços no território;
   2. Em enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes;
   3. Em articulação e mobilização em rede no debate de temas relacionados a promoção e defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes.
3. **Número de projeto apoiado:** Até 1 projeto.
4. **Abrangência do projeto**: Regional \* - Região Sul e/ou Centro-oeste.
5. **Prazo de referência:** 18 a 24 meses
6. **Valor**: R$ 630.000,00 a R$ 700.000,00
7. **Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.
8. **Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição, no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto, desde que essencial à consecução do objeto.

## **Projeto apoiado 2.2: Apoio ao acolhimento de criança ou adolescente protegido de ameaça de morte por meio do cadastramento, preparação e acompanhamento das famílias solidárias voluntárias, subsidiadas pelo Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM para custeio do acolhimento.**

***Observação****: A entidade selecionada deverá manter em sigilo os procedimentos administrativos e técnicos para que não exponham tanto os dados quanto os envolvidos no Programa (desde protegidos, a técnicos e famílias solidárias voluntárias).*

1. **Resultados esperados:**
   1. Proteção às crianças e aos adolescentes ameaçados de morte desprovidos de família ou que não tiveram seus familiares incluídos no PPCAAM;
   2. Formação e capacitação de famílias solidárias para o acolhimento de criança ou adolescente protegido de ameaça de morte desprovidos de família ou que não tiveram seus familiares incluídos no PPCAAM;
   3. Cadastramento de famílias solidárias aptas a receber crianças e adolescentes ameaçados de morte.
   4. Organização da metodologia desenvolvida para disseminação da experiência
2. **Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência mínima de 03 anos:
   1. Na execução de projetos envolvendo a formação de redes locais, sistematização de fluxos de integração de políticas e serviços no território;
   2. Em proteção de pessoas ameaçadas;
   3. Em articulação e mobilização em rede no debate de temas relacionados à promoção e a defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes.
3. **Número de projeto apoiado:** Até 1 projeto.
4. **Abrangência do projeto**: Nacional\*.
5. **Prazo de referência:** 18 a 24 meses
6. **Valor:** R$ 810.000,00 a R$ 900.000,00
7. **Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.
8. **Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição, no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto, desde que essencial à consecução do objeto.

# **Área de interesse 3:** Convivência Familiar e Comunitária

## **Projeto apoiado 3.1: Elaboração de diretrizes e estratégias metodológicas para o fortalecimento da autonomia de adolescentes em serviços de acolhimento, com foco na preparação para o desligamento do serviço e atenção no período pós desligamento. A proposta deve contemplar, necessariamente:**

* A construção de projetos que favoreçam a autonomia desses indivíduos durante e após o período de acolhimento e após o desligamento;
* A garantia da convivência familiar e comunitária;
* A preparação para a inclusão no mundo do trabalho;
* A integração entre serviços de acolhimento e as políticas setoriais.
* **Resultados esperados:** 
  1. Levantamento e sistematização de experiências nacionais e internacionais voltadas para a construção da autonomia de vida de adolescentes em serviços de acolhimento institucional e de atenção no período pós desligamento, incluindo os Serviços de Acolhimento em Repúblicas, apontando potencialidades e desafios encontrados.
  2. Diretrizes e estratégias metodológicas para orientar o trabalho dos profissionais dos serviços de acolhimento institucional, na perspectiva de fortalecer a autonomia dos adolescentes e a preparação gradativa para o desligamento;
  3. Diretrizes e estratégias metodológicas para a articulação entre os serviços de acolhimento institucional e as demais políticas setoriais, à luz do resultado esperado 1.2., com foco no acesso e permanência no sistema de educação, nos serviços e programas de aprendizagem profissional e na preparação para a inclusão no mundo do trabalho;
  4. Diretrizes e estratégias metodológicas para a atenção aos jovens no período pós-desligamento do serviço de acolhimento.
* **Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência:
  1. Mínima de 3 anos com execução de projetos envolvendo os temas do acolhimento institucional de crianças e adolescentes e garantia do direito à convivência familiar e comunitária;
  2. Em projetos que visem a elaboração de diretrizes e metodologias voltadas para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou direitos violados.
* **Número de projeto apoiado:** até 1 projeto
* **Abrangência do projeto**: Nacional\*.
* **Prazo de referência:** 18 a 24 meses
* **Valor:** R$ 720.000,00 a 800.000,00
* **Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.
* **Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição, no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto, desde que essencial à consecução do objeto.

## **Projeto apoiado 3.2: Capacitação presencial e na modalidade EaD de operadores do sistema de garantia de direitos de todos os estados da federação sobre as Diretrizes Nacionais para o Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua aprovadas pelo CONANDA e CNAS. A proposta deve contemplar, necessariamente:**

* A capacitação de educadores sociais de rua sobre a resolução 187/2017;
* A capacitação de operadores da política de Assistência Social sobre a resolução 001/2017 CNAS/CONANDA;
* A capacitação de operadores do sistema de garantia de direitos sobre a Resolução 001/2016 CONANDA/CNAS;
* A capacitação dos operadores da política de saúde e assistência social sobre a nota técnica 001/2016 MDS/MS.

**1. Resultados esperados:**

1.1As Orientações Nacionais para Educadores Sociais de rua em programas, projetos e serviços com crianças e adolescentes em situação de rua são conhecidas e fortalecem as estratégias de atendimento a esta população na perspectiva de sua adesão ao serviço

1.2 Diretrizes metodológicas para orientar o trabalho dos profissionais dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua, na perspectiva de fortalecer sua adesão ao serviço e seu gradativo retorno a convivência familiare comunitária;

1.3 Diretrizes políticas e metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua na assistência social, fortalecem o trabalho da rede sócio assistencial qualificando a oferta de serviços especializados para a público infanto juvenil em situação de rua;

1.4Formuladores e controladores de políticas públicas são orientados pela nova conceituação de crianças e adolescentes em situação de rua, ampliando sua capacidade de monitoramento e diagnóstico sobre o tema.

1.5 Diretrizes e Fluxos de atenção a mulheres em situação de rua e seus bebês fortalecem a capacidade protetiva e o direito a convivência familiar e comunitária evitando a retirada compulsória de bebês de suas mães..﷽﷽﷽﷽﷽﷽﷽mo a retirada compulsito a convivoramento e diagnra a padolescentes em situaço Atendimento de Crianças e Adolescentes

**2. Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência:

2.1 Mínima de 3 anos com execução de projetos envolvendo os temas do de crianças e adolescentes em situação de rua e garantia do direito à convivência familiar e comunitária;

2.2 Em projetos que visem a elaboração de diretrizes e metodologias voltadas para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e/ou direitos violados e a capacitação e formação de profissionais que atuam na área da convivência familiar e comunitária.

**3. Número de projeto apoiado:** até 1 projeto

**4.Abrangência do projeto**: Nacional\*.

**5.Prazo de referência:** 18 a 24 meses

**6.Valor:** R$ 180.000,00 a R$ 200.000,00

**7. Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.

**8.Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição, no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto, desde que essencial à consecução do objeto.

# **Área de interesse 4:** Participação de Crianças e Adolescentes.

## **Projeto apoiado 4.1: Formulação de estratégias para o uso das TICs (tecnologias de informação em comunicação) por crianças e adolescentes, a partir de metodologia que considere o olhar do público atingido ao longo de toda a execução do projeto.**

1. **Resultados esperados:**
   1. Diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre o perfil de uso da internet por parte de crianças e adolescentes Brasil que aponte os seguintes elementos: (a) o diálogo intergeracional intrafamiliar a respeito do acesso e perfil de uso, (b) os interesses tecnológicos por faixa etária, (c) os possíveis prejuízos causados pela exposição inadequada a essas tecnologias, (d) as perspectivas para o desenvolvimento de habilidades digitais para potencializar as oportunidades existentes e (e) os desafios para o uso seguro das ferramentas por crianças e adolescentes;
   2. Levantamento e sistematização de conteúdo didático trazendo as iniciativas existentes em âmbito nacional e internacional que promovam o uso seguro das diversas ferramentas digitais por crianças e adolescentes e cujo foco de atuação esteja articulado e em consonância com o respeito aos direitos humanos;
   3. Elaboração de diretrizes e orientações que levem em consideração os pontos de vista de crianças e adolescentes, voltadas aos profissionais da rede do SGD para qualificar seu trabalho junto às famílias, inclusive junto às crianças e adolescentes de modo específico, e na perspectiva de favorecer mudanças culturais acerca do uso seguro e dialogado das TICs por crianças e adolescentes, com vistas a favorecer seu desenvolvimento integral.
2. **Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência:
   1. Mínima de 3 anos com execução de projetos envolvendo questões relacionadas às TICs;
   2. Em metodologias de participação de crianças e adolescentes na formulação de políticas;
   3. Em projetos que visem à elaboração de diretrizes e metodologias voltadas para o atendimento a crianças e adolescentes.
3. **Número de projeto apoiado:** até 1 projeto
4. **Abrangência do projeto**: Nacional\*.
5. **Prazo de referência:** 18 a 24 meses
6. **Valor:** R$ 630.000,00 a R$ 700.000,00
7. **Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.
8. **Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição, no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto, desde que essencial à consecução do objeto.

# **Área de interesse 5: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**

## **Projeto apoiado 5.1: Perfil nacional da resposta socioeducativa a adolescentes em privação de liberdade no SINASE.**

1. **Resultados esperados:**
   1. Diagnóstico da execução da medida socioeducativa das meninas adolescentes;
   2. Diagnóstico e recomendações sobre apreensão policial e apuração do ato infracional das meninas adolescentes e atuação do judiciário;
   3. Análise do Plano Individual de Atendimento - PIA das meninas adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;
   4. Mapeamento das trajetórias de privação de liberdade na adolescência com o cruzamento de dados documentais de meninas que passaram por medida socioeducativa de internação com dados de mulheres encarceradas anos depois;
   5. Identificação de vulnerabilidades sociais associadas à experiência de institucionalização.
   6. Avaliação e recomendações sobre metodologias de execução de medida socioeducativa.
   7. Construir e apresentar um Plano Político Pedagógico descrevendo os Marcos Situacionais, Conceituais e Operacionais de Referência do Atendimento às meninas/mulheres que cumprem medida socioeducativa de internação
2. **Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência:
   1. Instituições privadas sem fins lucrativos (organizações da sociedade civil, institutos de pesquisa, universidades comunitárias, entre outros) com experiência mínima de 3 anos em pesquisas sobre atendimento socioeducativo;
   2. Experiência no desenvolvimento de metodologias voltadas à promoção e defesa dos direitos humanos de adolescentes.
3. **Número de projeto apoiado:** até 1 projeto
4. **Abrangência do projeto:** Nacional - Considerar no mínimo, 10 cidades, com proporção regional (Número total de unidades femininas e mistas no Brasil: 42)
5. **Prazo de referência:** 18 a 24 meses
6. **Valor:** R$ 900.000,00 a R$ 1.000.000,00
7. **Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.
8. **Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto desde que essencial à consecução do objeto.

## **Projeto apoiado 5.2: Dimensões e significados do envolvimento com atos infracionais – Fatores para prevenção ao envolvimento**

1. **Resultados esperados:**
   1. Analisar a trajetória dos adolescentes a partir de macro temas, como: adolescente (escolaridade, relações afetivas, uso de álcool ou outras drogas, projeto de vida); família (composição, fatores de violência intrafamiliar, situação socioeconômica, nível de escolaridade, familiares em reclusão, relações familiares pré e pós-infração);
   2. Análise da experiência infracional na perspectiva do adolescente; contendo: expressões da vivência antes e no momento do envolvimento; histórico de envolvimento; compreensão do momento da apreensão; e da vida na instituição: convívio e visão sobre o significado da medida;
   3. 1.3 Elaborar um mapa de condições do território que os adolescentes habitam (acesso a serviços sociais, violência, acesso a armas) e do local de pratica do ato infracional;
   4. 1.4 Realizar pesquisa com a análise dos dados envolvendo relatórios técnicos das unidades de atendimento socioeducativo e processos das Varas da Infância e Juventude;
   5. 1.5 Recidiva e a relação com fatores sociodemográficos, avaliações psicopedagógicas do SINASE e percepção do adolescente e sua família;
   6. Recomendações de fatores de proteção integral aos adolescentes como estratégia para prevenção ao envolvimento com atos infracionais visando reduzir as privações de liberdade de adolescentes envolvidos.
2. **Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência:
   1. Instituições privadas sem fins lucrativos (organizações da sociedade civil, institutos de pesquisa, universidades comunitárias, entre outros) com experiência mínima de 3 anos em pesquisas sobre atendimento socioeducativo;
   2. Experiência no desenvolvimento de metodologias voltadas à promoção e defesa dos direitos humanos de adolescentes.
3. **Número de projeto apoiado:** até 1 projeto
4. **Abrangência do projeto**: Nacional – Considerar as cinco regiões do país e um número de adolescentes que cumprem medida de internação
5. **Prazo de referência:** 18 a 24 meses
6. **Valor:** R$ 1.350.000,00 a R$ 1.500.000,00
7. **Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.
8. **Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto desde que essencial à consecução do objeto.

## **Projeto apoiado 5.3: Estratégias para solução consensual de conflitos no âmbito das unidades de privação de liberdade**

1. **Resultados esperados:**
   1. Realizar levantamento documental sobres os regimentos disciplinares e sua estrutura nas unidades de internação de todos os Estados da Federação
   2. Análise e sistematização de metodologias e práticas socioeducativas para solução consensual de conflitos, responsabilização e mecanismos relacionados dentro do ambiente das unidades socioeducativas de privação de liberdade; incluindo avaliação de seus projetos político-pedagógicos, regimentos internos e diretrizes de segurança socioeducativas.
   3. Realizar pesquisa sobre “iniciativas de excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos”, conforme indicação da Lei Federal nº 12.594/2012; cujos processos ocorram sem intervenção judicial;
   4. Elaborar recomendações sobre a relação entre violência institucional, faltas disciplinares e solução consensual de conflitos de acordo com os marcos normativos do SINASE.
   5. Elaborar diagnóstico teórico e metodológico da abordagem de solução consensual de conflitos nos estabelecimentos educacionais voltados ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação, como medida auxiliar no tratamento dos conflitos dos adolescentes, bem como entres eles e os socioeducadores da unidade;
   6. Apresentar proposta de aplicação de projeto voltado à execução dos métodos de solução consensual de conflitos para a gestão de unidade socioeducativa, aplicando-a em pelo menos uma unidade socioeducativa a ser escolhida conjuntamente com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNDCA
   7. Apresentar projeto de encontros vítima e ofensor como mecanismos auxiliares à execução da medida socioeducativa em unidade de internação;
   8. Apresentar matriz de formação de solução consensual de conflitos a ser aplicada em processos formativos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.
2. **Características da Proponente:** Organizações da Sociedade Civil – OSC com experiência:
   1. Instituições privadas sem fins lucrativos (organizações da sociedade civil, institutos de pesquisa, universidades comunitárias, entre outros) com experiência mínima de 3 anos em projetos de solução de consensual de conflitos;
3. **Número de projeto apoiado:** até 1 projeto
4. **Abrangência do projeto**: Nacional – Considerar a avaliação de metodologias de unidades de privação de liberdade de no mínimo três regiões do país.
5. **Prazo de referência:** 18 a 24 meses
6. **Valor:** R$ 540.000,00 a R$ 600.000,00
7. **Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.
8. **Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto desde que essencial à consecução do objeto.

# **Área de interesse 6: Direitos da criança e do adolescente, liberdade de expressão e meios de comunicação.**

## **Projeto apoiado 6.1: Curso de capacitação destinado aos profissionais do Sistema de Justiça, especialmente aos dos Tribunais de Justiça, dos Ministérios Públicos e das Defensorias Públicas, sobre mecanismos de proteção dos direitos da criança e do adolescente no âmbito dos meios de comunicação, nos temas de classificação indicativa, programas especializados em narrativas sobre violências e criminalidades (“programas policialescos”), publicidade infantil e trabalho infantil artístico.**

**1. Resultados Esperados:**

* 1. Elaboração de curso de capacitação destinado ao Sistema de Justiça, contendo:
     1. Matriz metodológica, incluindo os principais parâmetros relacionados à abordagem pedagógica, à estrutura e aos conteúdos do curso, o qual deve contemplar aspectos relacionados tanto às mídias tradicionais como às novas tecnologias de informação e comunicação;
     2. Pesquisa e produção de conteúdo sobre os principais conceitos concernentes a um módulo introdutório, com foco na garantia da liberdade de expressão e na regulação da mídia com vistas à promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes;
     3. Pesquisa e produção de conteúdo relativo a quatro módulos temáticos: (a) classificação indicativa; (b) programas policialescos; (c) publicidade infantil e (d) trabalho infantil artístico; sendo que cada um desses módulos conterá informações sobre os seguintes aspectos: (i) sistematização do panorama regulatório, em âmbito nacional e internacional; (ii) sistematização da jurisprudência brasileira; (iii) diagnóstico das principais violações aos direitos da crianças e do adolescente decorrentes da não aplicação da legislação vigente; (iv) estratégias de incentivo à plena implementação da regulação vigente; e (v) mecanismos jurídicos de responsabilização e reparação em caso de violações.
  2. Realização de curso de capacitação, em modo presencial e/ou à distância, destinado a profissionais do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública.
  3. Profissionais do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública sensibilizados e qualificados a operar sobre os temas classificação indicativa, programas policialescos, publicidade infantil e trabalho infantil artístico.
  4. Elaboração de material informativo, a ser utilizado nas capacitações e disponibilizado *online*, nos temas classificação indicativa, programas policialescos, publicidade infantil e trabalho infantil artístico.

**2. Características da Proponente:** Organização da sociedade civil com experiência mínima de 3 (três) anos na temática de direitos da criança e do adolescentes, liberdade de expressão e comunicação.

**3. Número de Iniciativa apoiada:** Até 1 (uma) iniciativa.

**4. Âmbito da iniciativa**: Nacional.\*

**5. Prazo de referência:** 18 a 24 meses.

**6. Valor:** R$ 500.000

**7. Atuação em rede:** É permitida a atuação em rede, obedecendo ao disposto no Art. 35-A da Lei n° 13.019/2014.

**8.Equipamentos e Material Permanente:** É permitida a aquisição, no percentual máximo de 5% sobre o valor total do projeto, desde que essencial à consecução do objeto.

**\* Observação:**

**Abrangência dos Projetos**

1. **Abrangência Nacional:** o projeto deverá prever atividades em no mínimo 5 (cinco) estados, distribuídos em pelo menos 2 (duas) regiões do país (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul);
2. **Abrangência Regional:** o projeto deverá prever atividades em no mínimo 2 (dois) estados em 1 (uma) mesma região do país(norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul).